

# DEZ ANOS DA CPLP: AS PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO DO MUNDO DE LÍNGUA PORTUGUESA

**Adriano de Freixo**

## Introdução

Em julho de 1996, os Chefes de Estado e de Governo dos sete países que então adotavam o português como idioma oficial, reunidos na cidade de Lisboa, criaram oficialmente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), aprovando a Declaração Constitutiva e os Estatutos da nova organização. Esta Comunidade formada, inicialmente, por Portugal, Brasil e pelos cinco Estados Africanos de Língua Portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe)<sup>1</sup> tem, nos termos de seus estatutos, o papel de ser “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre seus membros”, tendo dentre os seus objetivos centrais a busca da articulação entre seus Estados-membros nas relações internacionais e a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa no mundo (CPLP. *Estatutos*).

A idéia da criação de uma “Comunidade Lusófona” (ou “Comunidade Lusíada”) remonta, pelo menos aos anos 50 do século XX, aparecendo – com maior ou menor intensidade – nas obras de intelectuais brasileiros e portugueses de diversos matizes ideológicos como Gilberto Freyre, Joaquim Barradas de Carvalho, Adriano Moreira, Agostinho da Silva e Darcy Ribeiro.<sup>2</sup> Ao longo das últimas cinco décadas, tal Comunidade tornou-se um tema recorrente no discurso de políticos e intelectuais brasileiros e, principalmente, portugueses, reaparecendo constantemente em diferentes conjunturas. No entanto, a discussão sobre a sua constituição só ganha força, de fato, na década de 1980, quando em Portugal começa a se ensaiar um “retorno ao Atlântico”, depois de uma década em que a integração à Europa foi a preocupação central.

Assim, os primeiros passos para a criação da CPLP foram dados em novembro de 1989 durante a primeira reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa, ocorrida em São Luís do Maranhão, que, do ponto de vista das realizações concretas, definiu a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), destinado a promover a Língua Portuguesa no mundo, e que funcionou como uma espécie de embrião da futura CPLP.<sup>3</sup> Já na década de 1990, uma figura que começa a ganhar destaque neste processo é a de José Aparecido de Oliveira, nomeado em 1993, pelo então Presidente Itamar Franco, como embaixador do Brasil, em Lisboa. Antigo entusiasta da idéia da “Comunidade Lusófona”, José Aparecido possuía um excelente trânsito junto a amplos setores das intelectualidades brasileira e portuguesa das mais variadas tendências políticas e ideológicas e via nesse cargo uma oportunidade

ímpar para tentar levar avante o projeto de construção do que viria a ser a CPLP. Por outro lado, em Portugal, as condições políticas internas e externas tinham criado condições favoráveis para que a idéia da Comunidade aglutinasse o apoio de amplos setores da sociedade portuguesa e, estrategicamente para estes setores, o fato de o embaixador brasileiro levantar esta bandeira entusiasticamente, por si só, já dava mais legitimidade para a consecução deste projeto, até então essencialmente português<sup>4</sup>. Desta forma, o Embaixador José Aparecido assume o papel de principal articulador da CPLP, iniciando uma série de viagens aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em busca de adesões para o projeto de constituição desse espaço comunitário.

É interessante notar que a maior parte dos analistas considera que, no âmbito da política externa brasileira, este empenho pela criação da CPLP teria sido muito mais uma iniciativa isolada do Embaixador brasileiro em Portugal do que uma ação efetiva do Estado brasileiro<sup>5</sup>, uma vez que, desde o início da década de 1990, as opções preferenciais da política externa do país vinham sendo a aproximação ao chamado “Primeiro Mundo” e os esforços pela integração latino-americana, através da criação do Mercado Comum do Sul (Mersocul). Esta tendência fez com que a “dimensão atlântica” da nossa política externa fosse tendo um papel cada vez mais reduzido nas preocupações do Itamaraty – ao contrário das décadas de 1960 e 1970, no período situado entre a “Política Externa Independente”, de Jânio Quadros e o “Pragmatismo Responsável”, do governo Geisel – e que os países africanos (incluindo as ex-colônias portuguesas) passassem a ser vistos como preocupações absolutamente secundárias, com exceção de algumas parcerias seletivas, feitas por critérios essencialmente econômicos, como a África do Sul, a Nigéria e, em menor intensidade, Angola. Portanto, nessa perspectiva, a constituição da CPLP, com certeza, não aparecia entre as grandes prioridades do Itamaraty.

A partir dos esforços de José Aparecido, ocorre em Brasília, no mês de fevereiro de 1994, a Primeira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros dos Países de Língua Portuguesa, a qual propõe a realização de uma Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de seus países visando à constituição da Comunidade. Depois de sucessivos adiamentos, a referida Cimeira acaba ocorrendo entre os dias 16 e 17 de julho de 1996, em Lisboa. Nesse encontro, a CPLP é oficialmente criada e os seus documentos-fundadores – a Declaração Constitutiva da Comunidade e os seus Estatutos –, que já haviam sido previamente acordados em reuniões preliminares ocorridas entre representantes dos sete países nos dois anos anteriores, são aprovados. Além disto, ao final do Encontro, é divulgada uma comunicação conjunta que expõe de forma sucinta aqueles que seriam os objetivos e os ideais norteadores da CPLP e que, em vários trechos, apresenta de forma clara aquilo que podemos chamar de “discurso da lusofonia”:

Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram a sua determinação e empenho em que a Comunidade, que tem na Língua Portuguesa um patrimônio histórico comum, seja dotada de mecanismos e instrumentos que, reforçando os vínculos seculares que os unem, valorize também a sua ação externa ao serviço dos valores da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social. CPLP (“Comunicado Final”, Cimeira Constitutiva da CPLP).

No entanto, apesar dos discursos entusiasmados saudando a nova organização, a CPLP e o ideal da unidade lusófona têm ficado muito mais no campo das boas intenções do que no das realizações práticas nestes últimos anos, visto que de seus Estados-membros somente Portugal tem investido seriamente em sua construção; para os demais, esta questão tem sido absolutamente secundária, quando não esquecida pelos formuladores de suas políticas externas.

Dessa forma, nos parece necessário, neste momento, fazer uma breve reflexão sobre as perspectivas dessa Comunidade, a partir da ótica de seus principais atores, levantando questões que podem nos ajudar a lançar luz sobre a razão da CPLP ainda não ter se consolidado, bem como sobre o relativo desinteresse do Brasil e dos demais membros por seus destinos, fazendo com que ela continue a ser um projeto essencialmente português.

## I. Portugal e a construção do “espaço da lusofonia”

Sob a ótica portuguesa, não é exagero afirmar que a CPLP possui importância, até certo ponto, bastante significativa para a inserção do país na ordem internacional que começou a se estruturar no final década de 1980, e é tida como prioritária na formulação da política externa portuguesa. Esta política tem sido definida a partir de duas opções estratégicas:

- A consolidação da participação de Portugal na União Européia (UE), utilizando essa posição para redefinir o seu papel no mundo contemporâneo.
- O investimento na construção de uma Comunidade Lusófona, potencializando o espaço da Língua Portuguesa.

Essas duas opções que, durante muito tempo, pareciam excludentes, hoje se apresentam como complementares, pois o fato de pertencer à Europa cria para Portugal condições extremamente favoráveis para a articulação deste que seria o “espaço da Lusofonia”, visto que a construção da CPLP poderia fortalecer – pelo menos na opinião de alguns intelectuais e/ou homens de Estado portugueses – a posição de Portugal dentro da Europa, fazendo com que ele retomasse, de certa forma, o seu mítico papel – tão caro ao imaginário popular português – de “ponte entre dois mundos”.

Porém, antes desse “retorno ao Atlântico” que marcou sua política externa desde o final dos anos 80 do século XX, Portugal pareceu tentar enterrar o seu passado de nação colonial: os anos que se seguiram à descolonização da África Portuguesa, em meados da década de 1970, são marcados por um grande desinteresse da velha metrópole em relação às suas ex-colônias, como bem assinala David Birmingham, “depois da revolução, Portugal não tinha aspirações sérias a restaurar a sua posição na África à maneira do império ‘neocolonial’ francês. Uma amnésia nacional profunda cobriu quase tudo que se relacionava com a África [...]” (Birmingham, 1998: 234). Naquele momento, o “Estado português consumou uma opção política e econômica de fundo” (Mattoso, 1994: 150), que era a de buscar a integração à Europa a todo custo.

Nesse contexto, as antigas colônias africanas são praticamente esquecidas, e, embora continuassem a ser mencionadas nos meios de comunicação, “sua realidade

pouca influência tinha na ação política e a geração que lutara no mato atirava para trás as recordações, com uma amargura reprimida, enquanto os jovens fingiam nada saber de África” (Birmingham, 1998: 237). Do ponto de vista econômico, as relações entre Portugal e os PALOP também refletiam esse desinteresse pela África, com os números do comércio entre eles sendo mantidos em níveis bastante modestos. O Brasil, a esta altura, era como se fizesse parte de um passado remoto. O antigo (e mítico) “sonho imperial” português parecia ter ficado para trás, como uma vaga e nostálgica lembrança, em meio à euforia gerada pela nova condição de “ser Europa”.

Assim, é somente no final da década de 1980, com a integração à Europa praticamente concretizada, que Portugal ensaia um retorno a uma “política atlântica”, desta vez dentro de novos parâmetros, procurando estabelecer com suas ex-colônias uma nova relação baseada na língua, na civilização e na cultura. Com isso, retoma-se a antiga idéia de uma comunidade lusófona, conforme expressou Mário Soares, Presidente de Portugal, em 1990, quando declarou que era “hora de regressar à África” (Enders, 1997: 128). Com a integração de Portugal à UE, essa comunidade adquire também dimensões políticas e econômicas, como já destacava Agostinho da Silva, uma espécie de “pai-fundador” da CPLP, ao afirmar, em 1986, que o “importante é que as raízes comuns se mantêm; agora, que tudo mudou, é que se vai fazer o relacionamento, através, sobretudo das ligações econômicas”, ressaltando também a importância desta comunidade “para a posição de Portugal na CEE e para a modificação de bastantes coisas na Europa” (Braga, 1999: 30-31). É nesse contexto que devemos entender os esforços portugueses pela criação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

É bem verdade que no início daquela década, essa idéia já estava sendo colocada, como se pode notar, por exemplo, no discurso do então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, durante uma visita a Cabo Verde, em 1983:

O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efetivar consultas políticas frequentes entre diretores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar (CPLP, História).

No entanto, nesse momento, a construção de uma Comunidade Lusófona estava muito mais – por todas as questões levantadas anteriormente – no campo da retórica, do que no das possibilidades práticas.

A “opção europeia”, que se concretiza a partir de 1976, apresenta para Portugal novas possibilidades de desenvolvimento e de redefinição de sua inserção internacional. Porém, apesar de integrado a um dos centros do sistema capitalista e de efetivamente ter havido uma evolução dos indicadores econômicos e sociais do país, a posição de Portugal – sob qualquer ângulo que se olhe – continua sendo a de um país periférico dentro do sistema. Pensando-se a inserção internacional do país a partir da perspectiva da distribuição internacional do poder e entendendo que, nesta perspectiva, a dinâmica das relações internacionais é ditada pela lógica da maximização de poder

por parte dos Estados, Portugal, mesmo integrado à Europa, continua a ser uma “pequena potência”, com um território reduzido, população modesta, baixo desenvolvimento tecnológico e escassos recursos naturais, enfim, um Estado, segundo a definição de Aron, com pouquíssima capacidade de impor sua vontade ou de exercer influência política sobre os demais (Aron, 1986: 100).

Portanto, a redefinição do papel internacional de Portugal passa, necessariamente, pela capacidade do Estado português de utilizar em seu favor algumas possibilidades que a ordem internacional lhe apresenta. Desta maneira, o que ele tem a seu favor, além de uma posição geográfico-estratégica privilegiada, são as possibilidades que a integração à União Européia – articulada com as suas ligações históricas e culturais com os países lusófonos do Atlântico Sul – lhe proporciona de renegociar o seu papel no Sistema Internacional. Nessa perspectiva, dentro da estratégia de atuação do Estado Português na cena internacional, a sua participação no espaço comunitário europeu e a implementação de uma “política atlântica”, com a construção de um “espaço da Língua Portuguesa” não são excludentes, como se polemizava até a década de 1970; ao contrário, são complementares. Assim, para Portugal, a Lusofonia “não é uma idéia alternativa à idéia de Europa, nem o projeto lusófono existe para ser um projeto alternativo ao projeto europeu” (Mendes, 2000: 140), mas algo que apresenta importância estratégica, em todos os seus aspectos – políticos, econômicos, culturais – para Portugal “afirmar a sua presença no diálogo internacional e deixar de ser um mero Estado-cliente” (Fernandes, 2000: 38).

Do ponto de vista ideológico, a constituição da CPLP passa, necessariamente, pelo discurso culturalista que enfatiza os laços históricos que unem os países que a compõem, destacando a questão identitária, na qual a Língua Portuguesa adquire um papel fundamental. Com isso, dentro da estratégia de atuação do Estado português, é necessário que a Língua Portuguesa consolide-se como a quinta ou sexta língua mundial, impedindo que o espanhol torne-se o único idioma representativo da cultura ibero-latino-americana, reforçando assim o papel de Portugal no cenário internacional.

Em seus aspectos econômicos, a CPLP oferece a Portugal a possibilidade de servir de intermediário entre a Europa e os países de Língua Portuguesa, funcionando também como uma ponte entre a UE e os organismos e/ou blocos regionais a que os países lusófonos encontram-se integrados, como o Mercosul e a SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral). Dentro dessa perspectiva, as relações econômicas entre Portugal e os outros Estados-membros da CPLP têm se intensificado, como se comprova pelo fato de Portugal ser, atualmente, o sexto maior investidor estrangeiro no Brasil, com o total de investimentos em nosso país representando cerca de um terço de todo o investimento português no estrangeiro, a partir de 1996 (Cervo e Magalhães, 2000: 340). Em relação aos PALOP, os investimentos portugueses também aumentaram consideravelmente, a partir da década de 1990, com as empresas portuguesas aproveitando as possibilidades que a integração à Europa lhes oferece:

Os investimentos de Portugal nos Cinco cresceram consideravelmente nos últimos anos devido, principalmente, à integração européia, que possibilitou às empresas portuguesas o acesso aos mecanismos previstos nas Convenções de Lomé; o surgimento de mecanismos e entidades especificamente orientados para fomentar os investimentos de empresas nacionais no

estrangeiro; linhas e seguros de créditos, sociedade de capitais de risco, o Programa de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas (PAIEP) e a criação do Fundo para a Cooperação Econômica (Sobrinho, 1997: 103).

Esse crescimento dos investimentos portugueses no mundo lusófono apresenta, porém, dois problemas que devem ser considerados:

a) Esses investimentos estão sendo feitos, essencialmente, por empresas privadas, dentro da lógica da economia capitalista e da internacionalização do capital. A capacidade de investimento do Estado português continua reduzida, mesmo com a integração à Europa e, dessa forma, a sua participação em projetos de desenvolvimento e cooperação com o mundo lusófono – principalmente os PALOP – fica limitada.

b) Essas relações econômicas de Portugal com os países de Língua Portuguesa têm sido travadas muito mais no âmbito das relações bilaterais com o Brasil e com os PALOP, do que dentro do espaço comunitário que a CPLP poderia proporcionar. Assim, se sob o ângulo português a criação da CPLP foi um acontecimento histórico, “a sua existência tem sido uma assinalável frustração” (Mendes, 2000: 141).

Em relação à perspectiva de assumir um papel de “intermediário” entre a UE e a CPLP, Portugal esbarra nas limitações de seu papel secundário no Sistema Internacional e dentro da própria UE, apesar da propalada igualdade de *status* jurídico dos Estados signatários do Tratado de Maastricht. Dessa forma, as principais potências europeias, como Inglaterra, Alemanha ou França, caso seja interessante para elas, podem perfeitamente atuar nas ex-colônias portuguesas, sem recorrer à intermediação de Portugal. Sob certos aspectos, isso já vem acontecendo, devido, fundamentalmente, à limitada capacidade de investimentos do Estado português, como se pode ver pela aproximação de ex-colônias portuguesas, como Guiné ou Moçambique, das áreas de influência francesas ou britânicas, na perspectiva de conseguirem recursos para seus projetos de desenvolvimento.

Todos esses fatores limitam a intervenção de Portugal no cenário internacional, fazendo com que as intenções do Estado português sejam maiores do que a sua capacidade real de ação. Assim, mesmo alguns pontos que no passado lhes foram favoráveis, como a posição geopolítica privilegiada dos Açores, perderam parte de sua importância com o fim da Guerra Fria e com a nova ordenação de forças do Sistema Internacional. Sob o aspecto político-estratégico, resta a Portugal, utilizando a sua posição geográfica favorável, a possibilidade de funcionar como elemento de ligação entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, dentro de uma política de segurança global:

[...] vista a proliferação de soberanias nas duas margens do Atlântico Sul, e o inevitável florescimento de políticas específicas, de cada uma, aparece a necessidade de articular formalmente a segurança desse mar com o Atlântico Norte, e de novo o triângulo estratégico (português) chama o país para a situação de Estado de fronteira e articulação. (Moreira, 2000: 17).

Além disso, ele poderia funcionar, também, como elemento de articulação entre a Europa e os EUA, no momento em que o continente europeu, acelerando a busca da unidade política e assumindo uma política externa e de segurança comum, “aprofundou a rivalidade nunca extinta com os EUA dando vida à doutrina dos Dois Pilares dentro da Aliança Atlântica” (*idem*: 17).

Em vista disto, dentro de uma estratégia de aumentar sua capacidade de ação no cenário internacional, o Estado português necessita incentivar a utilização do espaço comunitário da CPLP, como local de ações econômicas e políticas. Por isso, ele tem tido um grande empenho não só na construção desse espaço comunitário, como também na elaboração de uma política cultural agressiva, expressa pela atuação do Instituto Camões, em todo o mundo, além da articulação das comunidades portuguesas espalhadas por todos os continentes. O Estado Português tem plena consciência de que para renegociar o seu papel no Sistema Internacional – superando os limites a que, historicamente, está submetido – necessita utilizar, de forma concreta, as possibilidades geradas pelo seu pertencimento a uma Europa integrada, bem como pela herança cultural que deixou espalhada pelo mundo durante o seu período imperial. Assim, para Portugal, a constituição da CPLP, sob sua hegemonia, adquire uma importância estratégica para definir o seu “lugar” no mundo contemporâneo, podendo funcionar como “moeda de troca” e como trunfo político, dentro da UE e dos outros organismos internacionais a que pertence. Sob essa perspectiva, o Estado português tem utilizado a “margem de manobra” que a integração à Europa lhe propicia para articular o mundo lusófono, “margem de manobra” esta que ele, isoladamente, não teria.

Por tudo isso, pode-se afirmar que a articulação da Comunidade Lusófona é um dos aspectos fundamentais da política externa portuguesa nos últimos anos e que, de certa forma – pensando a partir da reflexão de Eduardo Lourenço, quando ele afirma que, através do “conceito ou idéia mágica da *Lusofonia*” os portugueses sonham com a união do espaço da Língua Portuguesa para “resistir melhor à pressão de outros espaços lingüísticos”, fazendo com que isto seja, “para eles, razão mais do que suficiente para desejarem que exista, com um esplendor real e onírico, comparável ao do Quinto Império pessoano, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” (Lourenço, 2001:166) – ela traduz uma releitura, sob nova perspectiva, do velho “sonho imperial” português.

## 2. O Brasil e a CPLP: o discurso e a prática

Apesar dos esforços portugueses, a constituição da CPLP tem esbarrou em algumas outras questões relacionadas não só a Portugal, mas aos outros atores que dela fazem parte. Uma delas é que, para Portugal, a sua hegemonia dentro dessa organização é uma espécie de “direito histórico”. O problema é que, em uma Comunidade onde o elemento fundamental de identidade entre seus membros é a Língua Portuguesa, não se pode ignorar que cerca de 80% dos falantes deste idioma encontram-se em um único de seus Estados-membros: o Brasil. Com isso, existe a possibilidade, temida por Portugal, de que a CPLP grave em torno de outro centro. Porém, até o momento, esses temores acabam sendo infundados, pois no âmbito da sua linha de política externa, o Brasil não tem demonstrado ter grandes pretensões de hegemonia dentro da Comunidade, até porque, para o Itamaraty, a CPLP tem sido uma questão absolutamente secundária, apesar de uma certa mudança na inflexão da política externa brasileira em direção a uma maior aproximação com a Ásia e a África, desde o início do governo

de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003. Por sinal, é importante que se faça uma breve análise de como tem sido a atuação do Brasil no processo de construção da Comunidade, pois de certa forma esta (não)atuação tem contribuído sobremaneira para o retardamento da sua consolidação no plano prático.

Como colocado anteriormente, a Política externa brasileira fez sua opção preferencial – desde o início da década de 1990 – pelas relações com o chamado “Primeiro Mundo”, por um lado, e pelos esforços de integração latino-americana através da criação do Mercosul, por outro, dentro de uma estratégia de inserção do país na economia globalizada, sob a égide do neoliberalismo. Na opção feita pela “modernidade neoliberal” e pela abertura indiscriminada ao capital internacional, a partir do governo Collor, não existiam grandes espaços para a articulação do mundo lusófono, visto que para “recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento e da modernidade capitalista”, o fundamental é o “relacionamento preferencial com as economias ocidentais avançadas” (Saraiva, 1996: 222). Dentre outras questões, esse fato gerou a ausência de uma Política Cultural por parte do governo brasileiro, visando à valorização da nossa língua e da nossa cultura no exterior.

Essa situação não sofreu grandes alterações no governo Fernando Henrique Cardoso, em que a articulação do mundo lusófono e a formulação de uma política cultural no exterior continuaram sendo questões secundárias. Apesar da existência de diversos interesses econômicos entre o Brasil e outros países da CPLP – principalmente Portugal e Angola –, o governo brasileiro ao invés de priorizar o espaço comunitário, optou pelo estabelecimento de relações bilaterais. Quanto a uma política cultural brasileira no exterior recorremos à Walnice Galvão, que em um interessante ensaio escrito em meados da década de 1990 afirmava que:

Nesse terremoto universal de fim de milênio, a presença do Brasil na cena internacional desapareceu. A anedota brasileira corrente de que o Brasil “caiu” no Quarto Mundo, ou de que saiu do mapa, parece infelizmente ser mais que um jogo de palavras (Galvão, 1998: 195).

Assim, a CPLP que poderia funcionar para o Brasil como um espaço privilegiado sob os pontos de vista político-diplomático e econômico, acaba ficando muito mais no campo dos discursos e intenções do que no campo prático.

Na perspectiva de Adriano Moreira, uma das preocupações fundamentais dos pequenos Estados – e cremos que também de potências médias como o Brasil – deve ser o pertencimento a diversos organismos internacionais, com o objetivo de “estar presente em todos os centros de decisão coletiva, adestrando em tal sentido as representações, e usando o poder do número com sabedoria” (Moreira, 2000: 19). Ora, indiscutivelmente o Brasil é o mais importante dos Estados-membros do Mercosul e pode ser considerado uma potência regional dentro da América Latina. Assim, para os defensores brasileiros da CPLP, esta comunidade, do ponto de vista econômico, poderia funcionar como um espaço de intermediação entre os blocos econômicos a que seus membros pertencem, principalmente entre o Mercosul, a UE e a SADCC. Já sob o ponto de vista político-estratégico, a CPLP poderia desempenhar um papel fundamental na segurança do Atlântico Sul, em um momento em que as questões econômicas, as quais tendiam a dar a tônica das relações internacionais no século XXI, cedem espaços aos problemas da política e da segurança global.



Sendo assim, via CPLP, o Brasil poderia formar com a África do Sul e com Angola um triângulo estratégico no Atlântico Sul. No entanto, sob essa perspectiva de análise, a ausência de um projeto nacional autônomo e as vinculações aos interesses do capital internacional – ao longo da década de 1990 – fizeram com que o Estado brasileiro não priorizasse questões fundamentais para uma estratégia de desenvolvimento nacional e de renegociação de nosso papel no Sistema Internacional. Dessa forma, a “dimensão atlântica” da política externa brasileira teve o seu papel cada vez mais diminuído, ao contrário do ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, nas quais a África desempenhava um papel central na política desenvolvida pelo Itamaraty, principalmente durante a gestão do Ministro Gibson Barbosa, na primeira metade da década de 1970.

Portanto, até o início do atual governo, a política africana no Brasil foi perdendo importância, tendo sido adotada uma prática de opções seletivas de parceiros naquele continente em que se destacam a Nigéria, a África do Sul e, secundariamente, Angola. Com isso, países como Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde não representavam áreas de interesse para o Brasil na África, o que esvaziava o papel que a CPLP poderia representar no âmbito da política externa brasileira.

Portanto, se nos governos José Sarney e Itamar Franco o governo brasileiro ainda demonstrou algum empenho – muito mais devido a iniciativas individuais como as do Embaixador José Aparecido de Oliveira – na construção da CPLP, durante os oito anos da presidência de Fernando Henrique Cardoso este empenho esteve muito mais nos discursos oficiais do que em ações concretas, com o Brasil preferindo priorizar as relações bilaterais com Portugal e Angola, a investir na construção do espaço comunitário. Tal desinteresse apareceu, pelo menos aos olhos de diversos observadores, a partir da indicação de Dulce Maria Pereira para ocupar a Secretaria-Executiva da organização entre os anos de 2000 e 2002, indicação esta que não foi muito bem recebida, principalmente em Portugal.

Nos três últimos anos, com a chegada do Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, a África e o mundo não-desenvolvido voltaram a ser áreas de grande interesse para os formuladores da política externa brasileira. Elegendo a luta pela reestruturação da ONU (Organização das Nações Unidas) e a conseqüente obtenção pelo Brasil de um assento permanente no Conselho de Segurança como uma de suas prioridades, o governo brasileiro tem procurado obter apoio internacional para esta reivindicação, principalmente junto aos chamados países pobres da África, Ásia e América Latina. Além disso, o Brasil tem procurado assumir a liderança desses países na luta por melhores condições no comércio – como se pode ver em iniciativas como a criação do G-20 – e por uma ordem internacional mais igualitária. No entanto, mais uma vez, dentro desses projetos o espaço comunitário da CPLP não parece ser prioritário, tendo o Itamaraty optado por dar continuidade à política de relações bilaterais ou de alianças conjunturais em fóruns internacionais.

### **3. A CPLP na perspectiva de seus demais atores: os PALOP e o Timor-Leste**

Ao analisarmos as perspectivas dos PALOP em relação à CPLP, devemos levar em consideração a existência de algumas dificuldades bastante claras para a sua participação efetiva no processo de construção da Comunidade. Em primeiro lugar,

deve-se considerar que algumas feridas do período do colonialismo ainda não se encontram completamente fechadas entre os povos africanos e, por causa disto, a Comunidade é encarada com uma certa desconfiança por setores das sociedades desses países, que vêem nela uma espécie de “Império Colonial Português revisitado”, e encaram o discurso da lusofonia como uma releitura do velho lusotropicalismo de Gilberto Freyre, que serviu de base ideológica para a dominação colonial portuguesa durante o Estado Novo Salazarista:

Durante todo o período que antecedeu a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (“inocentemente” chamada por várias vezes Comunidade lusófona, lusofonia ou, pelos saudosistas do império, Comunidade lusíada), a par de posições mais esclarecidas, foram inúmeras as declarações que explícita ou camufladamente ressuscitaram o lusotropicalismo, aparentemente sem sequer se darem conta do choque provocado em alguns de seus parceiros africanos. (Neto, 1997: 329).

Outra questão a se considerar é o fato – que não pode ser ignorado – de que a participação desses países na Comunidade fica bastante limitada pelos sérios problemas internos que enfrentam:

**Angola:** país mais importante dos PALOP do ponto de vista econômico e geopolítico, Angola viveu uma guerra civil que durou 27 anos (1975-2002), sem contar os anos de luta pela independência, iniciada em 1961. Dez milhões de minas terrestres ainda hoje causam vítimas e são motivo de preocupação para o governo e para a população. Nos últimos anos, apesar dos avanços políticos (com o estabelecimento de uma democracia pluripartidária e o fim da guerra civil) e econômicos, (com o restabelecimento gradual das atividades agrícolas e a crescente exploração de petróleo) boa parte do país permanece destruída e os problemas sociais são gravíssimos: o índice de analfabetismo é superior a 60% da população, o desemprego está na faixa de 60% da PEA, cerca de 67% da população vive abaixo da linha da pobreza e o IDH do país é um dos mais baixos do mundo (Angola, em 2002, ocupava o 146º lugar na tabela deste índice).

**Guiné-Bissau:** local onde a luta anticolonialista foi mais intensa dentro do Império Português e berço de Amílcar Cabral, fundador do PAIGC e um dos mais brilhantes pensadores políticos africanos – vive, há mais de uma década, uma sucessão de crises políticas marcadas por golpes de Estado, guerras civis e intervenções militares, que geram grande instabilidade nesse pequeno país, agravando ainda mais os problemas sociais nele existentes. Desde o fim do regime de partido único, em 1991, e a realização de eleições pluripartidárias, em 1994, nenhuma força política conseguiu uma hegemonia clara no país, tendo como agravante o fato de o outrora poderoso PAIGC ter se tornado a terceira força política, aumentando as tensões na Guiné-Bissau, principalmente a partir de 1998. De economia predominantemente agrícola e com escassos recursos naturais, a Guiné-Bissau possui uma das rendas *per capita* mais baixas do mundo, e entre os efeitos das crises e das guerras civis está, por exemplo, a redução do PIB do país. Atualmente, a CPLP e outras organizações como a União Africana têm procurado mediar o conflito, dialogando com os lados beligerantes e buscando uma solução consensual, como se fez em outubro de 2004, quando foi negociado um acordo de paz entre o governo guineense e soldados amotinados. No entanto, a estabilidade política e a paz interna ainda estão longe de serem alcançadas.

**Moçambique:** na costa oriental da África, o país também enfrentou 16 anos de guerra civil encerrados no início da década de 1990, após a aprovação de uma constituição que acabava com o regime de partido único, existente desde a independência em 1975, e que promovia a abertura econômica do país, dando fim a uma frustrada experiência socializante. No entanto, esta abertura econômica e a conseqüente aproximação com o ocidente – inclusive com a aplicação de ajustes estruturais, no final da década de 1980, nos ditames do BIRD e do FMI – não trouxeram melhorias significativas para as condições de vida da população moçambicana. Embora a população camponesa tenha podido regressar às suas terras e ao trabalho com o fim da guerra civil – cerca de 80 por cento da população total – a situação ficou longe da normalidade, visto que, da mesma forma que em Angola, boa parte dos campos ainda se encontra minada (calcula-se que cerca de dois milhões de minas foram colocadas em solo moçambicano). Além disso, a reconversão à vida civil dos grupos combatentes fez aumentar enormemente o banditismo e a criminalidade. Assim, apesar de possuir grandes recursos naturais, Moçambique possui indicadores sociais extremamente negativos, com 2/3 da população de cerca de 17 milhões de habitantes vivendo abaixo da linha da pobreza.

**São Tomé e Príncipe e Cabo Verde:** os dois menores Estados africanos que fazem parte da CPLP, comungam da maior parte dos problemas das demais ex-colônias portuguesas, porém com menor instabilidade política e melhores indicadores econômicos, tanto no caso de São Tomé – que tem um potencial petrolífero bastante significativo que começou a ser explorado no final da década de 1990, por meio do estabelecimento de *joint-ventures* entre o governo e empresas petrolíferas norte-americanas – quanto no de Cabo Verde, devido ao seu potencial turístico e à sua posição geográfica estratégica entre a África e a América. No entanto, o IDH desses países, apesar de melhores que os de boa parte dos demais países africanos, permanece em níveis bastante insatisfatórios. Cabo Verde ainda enfrenta o problema da excessiva dependência externa devido à escassez de água e terras aráveis, o que fazia com que, na década de 1980, cerca de 90% dos alimentos consumidos no país fossem importados. Dessa forma, a economia do país se mantém graças à ajuda externa – que já chegou a representar metade do PIB de Cabo Verde – e das remessas dos emigrantes, que se refletem principalmente no setor da construção civil.

Esse quadro deixa claro que o principal interesse dos PALOP é o estabelecimento de parcerias internacionais que lhes permitam buscar o desenvolvimento econômico e a resolução de seus graves problemas sociais. Nesse aspecto, a participação na CPLP não apresenta nenhum atrativo especial para esses países, visto que o seu principal ator – Portugal – tem uma capacidade de investimento bastante reduzida se comparada com a de outros países da União Européia ou os EUA, de quem os PALOP têm se aproximado em busca de parcerias estratégicas. É nesse contexto que devemos entender o movimento de ingresso de Moçambique na *British Commonwealth*, em 1995, e de aproximação, inclusive do ponto de vista cultural, da Guiné-Bissau em relação à África Francófona.

Por outro lado, o outro grande ator da Comunidade, o Brasil, não a tem como prioridade, como já assinalado anteriormente, além de não possuir grandes condições de investir na África, como desejam e necessitam os PALOP. Dessa maneira, o Brasil

tem adotado uma política de investimentos seletivos na região, através do estabelecimento de parcerias pontuais, motivadas por interesses econômicos ou políticos – como a recente busca por apoio para a obtenção de um assento permanente no conselho de segurança da ONU – dos quais pode se citar a liberação de US\$ 650 mil para programas de cooperação econômica e social com São Tomé e Príncipe, durante a quinta Cimeira dos Chefes de Estado e Governo da CPLP realizada naquele país, em julho de 2004. Assim, a esperança de consolidação da CPLP pelo viés econômico, expressa por Agostinho da Silva, em meados da década de 1980, ou mesmo por documentos oficiais de Estados-membros da Comunidade<sup>6</sup>, parece estar longe de se concretizar.

Outros aspectos que devem ser levados em conta são aqueles que envolvem questões identitárias e culturais bastante importantes como, por exemplo, o fato de que em boa parte dos PALOP a Língua Portuguesa é menos falada do que os dialetos “crioulos” ou de origem africana (só em Moçambique existem mais de 30 dialetos e o português é a língua materna de somente 5% da população). Além disso, a aproximação econômica com países de outras esferas lingüísticas – como, por exemplo, Moçambique em relação ao mundo anglófono ou Guiné-Bissau e Cabo Verde com o francófono – faz com que a língua portuguesa venha perdendo espaço nesses países:

No sul de Moçambique, por exemplo, o inglês exerce uma forte atração. Na Guiné-Bissau, o francês ganha terreno graças à televisão. Na terceira cimeira da francofonia em Dacar (1989) a Guiné-Bissau decidiu fazer do francês a sua segunda língua oficial, enquanto Angola, de que uma parte do escol exilado no Zaire fez os seus estudos nessa língua, seguia os debates (Enders, 1997: 129).<sup>7</sup>

Assim, se consideramos a língua um elemento fundamentalmente importante para a construção de identidades nacionais – na perspectiva de algumas das definições clássicas da teoria política sobre a idéia de nação<sup>8</sup> –, vemos que em boa parte dos PALOP essa idéia não pode ser aplicada. No entanto, não se pode negar que, mesmo entre membros da elite africana, como elemento de identidade e unidade nacionais, o idioma tem uma repercussão como pode se notar em um trabalho acadêmico de um diplomata angolano, que ocupa uma posição de destaque na hierarquia do MPLA, partido hegemônico em Angola:

A percepção geral nos cinco Estados Africanos de Língua Portuguesa sobre a CPLP é a seguinte:

- a) a língua portuguesa constitui um instrumento de integração e de unidade nacional, de afirmação de identidade cultural e da independência nacional;
- b) a língua portuguesa constitui o veículo principal para a afirmação, aquisição de conhecimentos e de comunicação com o mundo exterior (Sobrinho, 1997: 133).<sup>9</sup>

Isto nos remete à discussão das dificuldades do processo de construção da idéia de nação nos países lusófonos da África, com exceção, talvez, de Cabo Verde, onde esta questão, pelas próprias características históricas da colonização das ilhas, parece estar solucionada, como se depreende do comentário de um conhecido intelectual cabo-verdiano, Germano de Almeida, ao afirmar que “em Cabo Verde não padecemos dessa questão de identidade [... . O] cabo-verdiano orgulha-se de sua terra, sobretudo do nosso mar, do nosso céu, de nossas secas.” E mais adiante: “[Esse] não é um mérito

nosso. Aqueles que conhecem a condição cabo-verdiana saberão que Cabo Verde existe por teimosia dos portugueses” (Villas-Boas, 1998: 35).

Essa exceção só serve para confirmar a percepção de que nos PALOP travam-se uma disputa ideológica e uma luta política em torno das premissas sobre as quais estão sendo construídas as suas identidades nacionais, o que leva a formulações como as defendidas por Feijó Sobrinho ou mesmo à “redescoberta crítica” do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, por setores da elite moçambicana, na busca de explicações para o entendimento de sua realidade social.

Todas estas questões referentes à África Lusófona funcionam como complicadoras da adesão desses países à idéia da lusofonia e a construção efetiva de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Além disso, em sua concepção original, a CPLP foi articulada a partir de uma perspectiva equivocada: a de que os PALOP são vistos como um todo, não sendo levadas em consideração as suas especificidades nacionais, o que seria um equívoco grave na própria definição das premissas básicas em que a Comunidade busca sustentação. Essa questão foi muito bem levantada pelo escritor moçambicano Mia Couto, quando afirma – ao falar sobre a “Comunidade Lusófona” – que “um dos primeiros equívocos é o próprio nome que a família leva: ‘afro-luso-brasileira’. Há aqui um triângulo desigual, porque há dois vértices que têm individualidade, Brasil e Portugal, e o ‘afro’ é geral” (*idem*: 29).

Dessa forma, a Comunidade já nasce com um “vício de origem”, o do desconhecimento mútuo entre os seus membros, o que a leva a ser erigida sobre alicerces pouco sólidos, baseados em discursos por vezes míticos que não encontram muita fundamentação na realidade concreta.

Por fim, não podemos deixar de fazer uma breve menção à perspectiva timorense em relação à CPLP, visto que o Timor-Leste é o mais novo membro dessa Comunidade. Com uma história recente bastante conturbada, o país possui vários problemas em comum com os PALOP, mas também várias especificidades que devem ser consideradas. Tendo sido ocupado pela Indonésia em 1975, logo após a saída dos portugueses da região no pós-25 de abril e a declaração unilateral de independência do Timor pela Frente de Libertação do Timor-Leste Independente (Fretilin) – organização marxista de tendências maoístas –, com o discreto apoio da Austrália e dos EUA. Esse apoio deveu-se a questões econômicas, geopolíticas e estratégicas, como a necessidade de impedir o surgimento de mais um governo de orientação socialista no extremo-orient, no contexto do confronto leste-oeste e da derrota norte-americana no Vietnã; o interesse em fortalecer a ditadura do General Suharto na Indonésia, aliado na luta anticomunista, que tinha receio que o Timor independente pudesse estimular os movimentos autonomistas existentes dentro de suas fronteiras; e, finalmente, o potencial petrolífero do Mar do Timor, no momento em que o mundo ocidental vivia sob os impactos da primeira crise do petróleo.

Durante os anos seguintes à ocupação, cerca de 60 mil timorenses foram mortos, em um genocídio de grandes proporções que começa a ser denunciado sistematicamente nos organismos internacionais por membros da resistência, notadamente aqueles ligados ao clero católico. Paralelamente, a Indonésia procura consolidar o seu domínio sobre a região investindo nela grandes recursos, o que levou o Timor-Leste a ter um

crescimento econômico médio de 6% ao ano entre 1983 e 1997. Além disso, estimulou-se a vinda de transmigrados de outras regiões da Indonésia para o Timor – algumas estimativas falam em 150 mil em uma população total de cerca de 750 mil habitantes –, além de serem feitos grandes investimentos em educação, dentro da perspectiva de formar nas novas gerações timorenses os “valores nacionais indonésios”, estimulando o uso da língua bahasa – o idioma da unidade Indonésia – e desestimulando, por vezes reprimindo, o uso do tétum (dialeto dos mauberes) e do português. Essa política acabou gerando uma situação paradoxal, na medida em que o uso da língua portuguesa vai ser mantido por aqueles que se recusavam à assimilação pela Indonésia, fazendo com que o idioma do antigo colonizador passasse a ser, juntamente com a religião católica (também herança portuguesa), o símbolo da resistência e da identidade timorense.

Apesar das condenações formais da Comunidade Internacional à Indonésia, durante muitos anos Portugal foi uma voz isolada em defesa do Timor, embora sem grande empenho, tendo essa questão começado a ser vista com maior atenção pela opinião pública internacional já na segunda metade da década de 1980, quando, com o fim da guerra fria e do conflito leste-oeste, questões como a defesa dos direitos humanos passaram a ser vistas como prioritárias na agenda internacional, o que acaba fazendo com que dois líderes da resistência timorense, José Ramos Horta e D. Ximenes Belo, sejam agraciados com o Prêmio Nobel da Paz, em 1996. Com a criação da CPLP, no mesmo ano, a questão do Timor-Leste passou a ser considerada central pela nova organização, e uma das primeiras propostas feitas pelo representante português – em um momento em que Portugal já tinha passado a atribuir uma grande importância à articulação do “espaço da lusofonia” – foi a de incluir o Timor na Comunidade com o estatuto de membro-observador.

A possibilidade de conseguir a independência política surge, de fato, em 1998, com a queda do regime de Suharto na Indonésia, em meio a uma violenta crise econômica e política. O novo governo indonésio acaba aceitando a realização de uma consulta popular no Timor-Leste para definir os rumos da região: a continuidade da anexação da Indonésia, com grau ainda maior de autonomia, ou a independência política. Em 30 de agosto de 1999, a esmagadora maioria dos timorenses (78%) votou pela separação da Indonésia. Em resposta, grupos de milicianos pró-Indonésia, apoiados por elementos das forças armadas daquele país, empreenderam campanhas de incêndio, pilhagem, violência e intimidação da população – com 1/3 da população sendo obrigado a ir para campos de refugiados em Timor-Ocidental e em outras ilhas vizinhas, e outro 1/3 indo para as montanhas. Essas campanhas só terminaram com a intervenção das forças de paz das Nações Unidas. Grande parte da infra-estrutura do Timor-Leste foi destruída e o país quase que totalmente devastado. Somente em 30 de agosto de 2001, dois anos após o referendo popular, os timorenses puderam ir novamente às urnas para eleger a Assembléia Constituinte, criando condições para a transição para a total independência, que se concretiza em maio de 2002.

Com toda essa história recente de conflitos, a adesão do Timor ao ideal da lusofonia e à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – da qual atualmente já faz parte como membro efetivo – suscita algumas reflexões importantes:

- a) Por todas as questões discutidas anteriormente, o português hoje é falado por somente cerca de 3% da população. Mesmo na época da colonização portuguesa

ele se restringiu a uma pequena elite econômica ou religiosa (o clero católico), nunca tendo se tornado a língua normal de comunicação, até porque às vésperas da saída dos portugueses da ilha cerca de 92% da população era analfabeta, devido à ausência de políticas públicas de educação por parte do Estado português, o que, aliás, não existia nem na metrópole, que apresentava os maiores índices de analfabetismo da Europa Ocidental. Este índice de falantes do português – menor inclusive que o dos PALOP – leva, inclusive, à discussão sobre se o Timor pode ser considerado um Estado Lusófono, ou se lá o português é apenas uma língua residual como no antigo Estado da Índia ou em Macau. No entanto, o governo timorense tem procurado reintroduzir o português no país, não só por sua carga simbólica, mas por dar ao Timor o “acesso a um veículo sólido e de penetração internacional”<sup>10</sup>, posição que é bastante discutível já que outros idiomas ocidentais podem desempenhar este papel, inclusive com mais eficácia.

- b) Tendo tido 85% de sua infra-estrutura destruída, principalmente durante os acontecimentos de 1999, o Timor-Leste necessita enormemente de investimentos estrangeiros, além de um grande contingente de mão-de-obra qualificada. A vizinha Austrália tem sido responsável por boa parte desses investimentos, estabelecendo parcerias com o governo timorense em diversos setores, inclusive no potencialmente lucrativo e estratégico setor petrolífero. A presença australiana já se fez sentir com bastante força durante o período de administração da ONU na região, com seus soldados representando o maior contingente das forças internacionais, enquanto a participação portuguesa e de outros países da CPLP foi bastante modesta, levando-se em consideração a importância por eles atribuídas à questão do Timor. Isto faz com que a língua inglesa venha ganhando cada vez mais espaço no país, principalmente nas gerações mais jovens que a vêem – e não a língua portuguesa – como seu canal de comunicação com o mundo.

A partir dessas considerações pode-se perceber que no Timor, da mesma maneira que na África, as pretensões portuguesas, expressas no ideal da lusofonia, acabam esbarrando em suas limitações econômicas, já que a reduzida capacidade de investimentos do Estado Português acaba não conseguindo dar à Comunidade Lusófona o alicerce, em bases econômicas, que só o discurso culturalista não consegue dar.

#### **4. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: desafios e possibilidades**

Como discutimos até agora, a institucionalização da CPLP e a sua consolidação como um ator de certa importância no Sistema Internacional enfrentam uma série de dificuldades, sendo a principal delas a de que dentre os seus Estados-membros só um tem investido de fato na estruturação desta Comunidade, enquanto seus outros atores oscilam entre a indiferença e a adesão limitada. Além disso, como reiteramos em diversos momentos ao longo deste trabalho, as possibilidades desse ator principal – Portugal – alicerçar a CPLP através de bases econômicas são bastante reduzidas, embora

nos últimos anos a margem de ação de Portugal tenha se ampliado consideravelmente, com a integração à União Européia e o conseqüente crescimento da economia portuguesa, bem como a internacionalização dos grandes grupos econômicos daquele país. No entanto, Portugal continua sendo somente um Estado de médio porte, que ocupa uma posição secundária no concerto europeu e cujas pretensões de servir de “correia de transmissão” entre a União Européia e a periferia africana de língua portuguesa esbarram no simples fato de que as potências centrais não necessitam desse tipo de intermediação, optando por estabelecer relações diretas com os PALOP, os quais também dispensam o papel a que se propõe Portugal.<sup>11</sup>

Desse modo, abre-se a possibilidade do Brasil assumir a liderança da Comunidade, o que, de certa forma, seria algo bastante natural, visto que o país é o maior Estado de língua portuguesa, possuindo uma identidade nacional e uma unidade lingüística bastante definidas, além do que dos cerca de 210 milhões de falantes do português, cerca de 170 milhões estão no Brasil.<sup>12</sup> Esta possível liderança do Brasil é vista com bastante simpatia pelos PALOP, por questões óbvias que envolvem as cicatrizes e as feridas ainda abertas deixadas pela colonização portuguesa, e uma natural identificação com o Brasil, apesar do fato de que boa parte das lideranças africanas ainda ter a percepção de que “no Brasil, falta familiaridade com a África, persiste a discriminação racial, manifesta-se pouco prestígio às raízes africanas e existe pouco conhecimento do continente” (Sobrinho, 1997: 77-78). Por outro lado, Portugal não aceita perder a liderança da Comunidade, por considerá-la sua de direito como “pátria-mãe” da lusofonia e, por que não, considerar a CPLP como um projeto político que reflete a continuidade de “um modo português de estar no mundo” de inspiração claramente freyriana. Assim, para os portugueses, o máximo que se poderia admitir – de forma até condescendente – seria uma “liderança compartilhada” com o Brasil. Porém, duas grandes questões se levantam: até que ponto o Brasil deseja assumir esta liderança?; que vantagens tal comunidade poderia trazer para o país?

Em relação à primeira questão, alguns observadores avaliavam, no momento da criação da CPLP, que “o Brasil tenderá a pretender essa liderança da Comunidade pelo seu peso demográfico, pelo seu peso no âmbito da América do Sul e pela sua presença crescente no Atlântico Sul”<sup>13</sup>. No entanto, nesses dez anos de existência da Comunidade, o Brasil não tem demonstrado grande empenho na sua consolidação e muito menos interesse em assumir a sua liderança. Como colocado anteriormente, com as transformações ocorridas nas últimas décadas no cenário mundial, boa parte do comportamento da diplomacia brasileira nos últimos anos tem sido ditada pela lógica da economia. Assim, já entrando na segunda questão, o Brasil tem procurado estabelecer parcerias pontuais com Portugal e alguns membros da CPLP no campo das relações bilaterais, prescindindo, portanto, do espaço comunitário. Dessa forma, seja do ponto de vista econômico – como no campo das relações comerciais ou de investimentos diretos – ou do político – como na busca de apoio para a reformulação da estrutura das Nações Unidas –, a existência da CPLP não parece influir sobremaneira nas pretensões internacionais do Brasil, apesar dos defensores brasileiros desse espaço comunitário apresentarem uma série – também já citada anteriormente – de argumentos favoráveis a ele. Por tudo isso, este pouco caso brasileiro acaba sendo decisivo para a não consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.



Dessa forma, não tendo se consolidado por intermédio das bases econômicas, o alicerce da CPLP continua sendo – embora isso tenha se demonstrado insuficiente – a questão cultural. Neste aspecto, algumas discussões fundamentais que devem ser travadas são aquelas sobre até que ponto a língua portuguesa pode funcionar como um elemento de unidade cultural entre os seus oito Estados-membros e sobre a legitimidade de uma comunidade que se assenta sobre um discurso que é essencialmente português – o da lusofonia, formulado dentro de uma lógica política e ideológica específica, que tem norteado os movimentos do ator mais empenhado em sua construção. Nesse ponto, não podemos deixar de lembrar o ensaísta Eduardo Lourenço, o qual afirma não ser possível a existência de uma Comunidade Lusófona sem uma “mitologia cultural compartilhada” e sem um “imaginário comum” (Lourenço, 2001:173), deixando claro que até agora o sonho comunitário é acima de tudo um sonho português.

Assim, dez anos após a sua criação, a CPLP continua mais como um provável “vir-a-ser”, do que uma realidade efetivamente concretizada. Neste período, marcado por projetos frustrados ou aquém das expectativas de cooperação cultural e econômica, o papel mais bem sucedido da Comunidade tem sido o de funcionar como espaço de concertação política e diplomática entre seus membros, ajudando a mediar crises políticas como as de Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, colaborando com as negociações de paz em Angola e conseguindo dar uma visibilidade internacional à questão do Timor. Esse papel, de qualquer forma, apresenta-se muito aquém das expectativas de seus idealizadores ou do otimismo expresso por algumas lideranças políticas no momento de sua fundação:

[...] com sentido de realismo, a Comunidade responderá adequadamente ao impulso, próprio das relações internacionais contemporâneas, de que os países pertençam a coalizões ordenadas não mais ao longo de clivagens entre Norte e Sul ou Leste e Oeste, mas sim de interesses prontamente identificáveis pelo cidadão.<sup>14</sup>

Afinal, pode-se concluir que, ao longo de sua curta existência, a CPLP acabou se tornando mais uma organização secundária entre as muitas que existem no âmbito internacional nas quais até agora as premissas sobre as quais foram criadas não tiveram como se concretizar.

## Notas:

- 1 Atualmente a organização conta com um oitavo Estado-membro, o Timor Leste, criado oficialmente em maio de 2002.
- 2 O então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, em uma entrevista ao jornal português *Diário de Notícias* (12 de julho de 1995), também faz referência a Sílvio Romero (1851-1914) como um dos precursores da idéia dessa Comunidade.
- 3 Nas palavras do Embaixador José Aparecido de Oliveira, um dos principais articuladores da Comunidade, “não há dúvida nenhuma que foi um ato de rara importância até porque daí resultou este ato maior que é a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” (Braga, 1999: 47).
- 4 Em um livro-homenagem a José Aparecido, editado em 1999, esta questão fica clara em alguns depoimentos dados por intelectuais portugueses, dentre os quais destacamos o de Adriano Moreira, respeitado intelectual e político, que havia feito parte do setor mais “liberal” do regime salazarista: “O projeto de elaborar uma nova cooperação pelo consentimento de todos os Estados unidos pela

- língua portuguesa teve mais de um pregador e defensor no passado, mas foi o Embaixador José Aparecido de Oliveira quem, usando da sua experiência, da sua autoridade, da sua devoção conseguiu programar, mobilizar as adesões, reunir as capacidades e levar à final a criação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa” (*idem*: 145-146).
- <sup>5</sup> Sobre esta questão ver a excelente análise de Saraiva, (1996: 217-239). Essa opinião foi reiterada pelo jornalista Márcio Moreira Alves, veterano conhecedor dos assuntos portugueses em entrevista a mim concedida em 1 de março de 2001.
- <sup>6</sup> Na publicação *Portugal: Dez Anos de Cooperação*, de 1995, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal afirmava que “para Portugal, com sérias dificuldades no espaço econômico europeu, ou para os países africanos lusófonos, com potencialidades subexploradas, esta é uma boa oportunidade para aproveitar o dinamismo econômico do Mercosul, através do Brasil, a maior nação do espaço da língua portuguesa, e, em conjunto criar um novo mercado. [...] A CPLP poderá facilitar e aumentar o volume de investimentos e trocas comerciais entre os seus Estados-Membros” (Sobrinho, 1997:103).
- <sup>7</sup> Na tradução portuguesa desta obra, por mim utilizada, foram colocadas pelo tradutor notas de rodapé que questionam estas afirmações. No entanto, outras fontes mencionam esta perda de espaço da língua portuguesa nos PALOP, como os textos de Pedro da Silva Feijó Sobrinho e Adriano Moreira, já citados neste trabalho.
- <sup>8</sup> Hoje esta visão praticamente não encontra eco, pois como assinala Francesco Rossolillo “[...] muitas Nações são plurilingües e que muitas línguas são faladas em várias Nações, que, além disso, o monolingüismo de determinadas nações, como a França ou a Itália, não é algo original ou espontâneo, e sim, pelo menos em parte, fruto da imposição de um Estado, pelo poder político, de uma língua falada apenas numa porção desse Estado [...]” (Bobbio *et alli*, 2000: 796). No entanto esta idéia parece sobreviver no discurso oficial da lusofonia, que afirma a língua portuguesa não só como o elemento fundamental da identidade nacional de seus Estados-membros, mas como o grande elemento de unidade cultural entre eles.
- <sup>9</sup> Por tudo o que temos discutido até agora, esta visão do autor – expressa em sua dissertação de mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Brasília, publicada em livro – parece-nos ser bastante questionável, mostrando a visão de uma parcela somente da intelectualidade e da diplomacia africanas. O próprio comportamento dos PALOP em relação à CPLP, notadamente o de Angola, oscilando entre a adesão e a crítica, deixa isto claro, demonstrando as contradições do processo de construção de identidades nacionais em sociedades pós-coloniais, de características multi-étnicas.
- <sup>10</sup> Esta afirmação foi feita por Mari Alkatiri, Primeiro-Ministro timorense, em 1997, (Cunha, 2001: 86).
- <sup>11</sup> É importante ressaltar que mesmo na época do Império Colonial, os recursos limitados do Estado Português fizeram com que ele abrisse as suas colônias africanas para a atuação de empresas belgas, inglesas, francesas, sul-africanas e norte-americanas, exercendo um papel subalterno em seus próprios domínios, caracterizando aquilo que Perry Anderson chamou ironicamente de “Condomínio Encoberto” (Anderson, 1966).
- <sup>12</sup> Em virtude da realidade lingüística dos PALOP e do Timor-Leste, esta quantidade de falantes do português no mundo, que usualmente aparece nos discursos e nos documentos oficiais da CPLP, parece representar muito mais um argumento político, do que uma constatação efetiva da realidade. De qualquer forma, isto só faz aumentar o peso do Brasil na Comunidade, visto que no país existe efetivamente uma unidade lingüística.
- <sup>13</sup> Carlos Motta, Diretor de Relações Internacionais do Ministério da Educação, em 1995 (Sobrinho, 1997: 62).
- <sup>14</sup> Entrevista de Fernando Henrique Cardoso, Presidente do Brasil, ao jornal português *O Público*, de 25/09/1996.

## Documentos do *site* oficial da CPLP ([www.cplp.org](http://www.cplp.org))

“Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”.

“A História”.

“Comunicado Final”, Cimeira Constitutiva da CPLP.

## Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry (1966), *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ARON, Raymond (1986), *Paz e Guerra entre as Nações*. (2ª ed.). Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- BIRMINGHAM, David (1998), *História de Portugal: uma Perspectiva Mundial*. Lisboa, Terramar.
- BOBBIO, Norberto *et alli* (2000), *Dicionário de Política*. (5ª ed.). Brasília/São Paulo, Editora da Universidade de Brasília/Imprensa Oficial.
- BRAGA, José Alberto (1999), *José Aparecido: o Homem que Cravou uma Lança na Lua*. Lisboa, Trinova.
- CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de (2000), *Depois das Caravelas: As Relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Brasília, IBRI/Editora da Universidade de Brasília.
- CUNHA, João Solano C. da (2001), *A Questão do Timor-Leste: Origens e Evolução*. Brasília, FUNAG/IRBr.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste; RENOUVIN, Pierre (1967), *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo, DIFEL.
- ENDERS, Armelle (1997), *História da África Lusófona*. Mem Martins, Inquérito.
- FERNANDES, António José (2000). “Portugal e o Sistema Mundial de Poderes”. *Lusíada – Revista de Ciência e Cultura*, nº 1, Universidade Lusíada do Porto, pp. 21-40.
- GALVÃO, Walnice Nogueira (1998), *Desconversas (Ensaio Críticos)*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- LOURENÇO, Eduardo (2001), *A Nau de Ícaro*. São Paulo, Cia. das Letras.
- MATTOSE, José (1994), *História de Portugal: Portugal em Transe*. Lisboa, Editorial Estampa.
- MENDES, Luís Marques (2000), “Que desafios estratégicos para Portugal no virar do milênio”. *Lusíada – Revista de Ciência e Cultura*, nº 1, Universidade Lusíada do Porto, pp. 135-144.
- MOREIRA, Adriano (2000), “Sobre o Conceito Estratégico Nacional”. *Lusíada – Revista de Ciência e Cultura*, nº 1, Universidade Lusíada do Porto, pp.11-19.
- NETO, Maria da Conceição (1997). “Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no Século XX”. *Lusotopie – 1997*. Éditions Karthala, pp. 327-359.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (1996), *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias)*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_. (2001). *CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília, IBRI.
- SOBRINHO, Pedro da Silva F. (1997), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Institucionalização e Relações Culturais, Político-Diplomáticas e Econômicas*. Rio de Janeiro, Revan.
- VILLAS-BOAS, Gláucia (1998), “Territórios de Língua Portuguesa: Culturas, Sociedades, Políticas – Anais do IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ.

## Resumo

Em julho de 1996, em uma reunião realizada em Lisboa com a presença dos Chefes de Estado e de Governo dos sete países que então adotavam o português como idioma oficial, foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Dez anos após a sua criação, esta organização internacional, cujo principal papel seria o de se tornar o foro multilateral privilegiado para a cooperação econômica e a concertação político-diplomática entre seus membros, está longe de alcançar os objetivos a que se propôs em seus

documentos fundadores. Este artigo pretende discutir as questões que fazem com que a CPLP ainda não tenha se consolidado como um ator de relativa importância no cenário internacional, bem como as perspectivas atuais para o futuro desta comunidade e da própria integração do mundo lusófono.

## Abstract

CPLP (Portuguese Speaking Countries Community) was created in July 1996, in a meeting in Lisbon, joining heads of state and government from the seven countries that, by the time, used Portuguese as their official language. Then years after its foundation, this international organization, whose main role was to become a privileged multilateral forum for economic cooperation and politic-diplomatic adjustment among its members, is far from achieving the purposes presented in its founding documents. This article discusses the issues that prevent CPLP from consolidating itself as an important agent in international stage, as well as the current perspectives for the future of this community and the integration of the Portuguese speaking world.

**Palavras-Chaves:** CPLP, Lusofonia, Política Atlântica, Organizações Internacionais, Relações Luso-Afro-Brasileiras  
**Keywords:** CPLP, Lusophony, Atlantic Polity, International Organizations, Relations between Portugal-Africa-Brazil